

# A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA SURDA

Maria Luzia Teixeira Lima<sup>1</sup>

Maria Cecilia Martínez Amaro Freitas<sup>2</sup>

## Resumo

A presença de crianças surdas no ambiente escolar não é algo recente, no entanto, muitas vezes ela ainda é vista apenas como uma forma de socializar a criança e não, de fato, envolve-la no processo de aprendizagem. Nesse sentido, este estudo bibliográfico analisa o processo da aprendizagem em crianças surdas. Para tanto, inicialmente se discorre sobre o papel dos pais no estímulo à comunicação da criança surda, logo se discute a constituição da escola para auxiliar o desenvolvimento da aprendizagem da criança surda e finalmente, aponta formas que o professor pode usar para conseguir a aprendizagem da criança surda. O estudo permite afirmar que pais e escola precisam ser atuantes e estar preparados para que a aprendizagem ocorra. Além disso, percebe-se a necessidade de implementar escolas bilíngues que proporcionem a criança que possui como língua materna a LIBRAS, o acesso ao conhecimento sistemático produzido através da Língua Portuguesa.

**Palavras-chave:** criança surda, aprendizagem, escola inclusiva, escola bilíngue.

## INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), estima-se que no mundo 360 milhões de pessoas sofrem de perda auditiva incapacitante. Destes, um terço, ou um total de 165 milhões é formado por pessoas acima de 65 anos e 32 milhões por crianças e adolescentes com idade igual ou inferior a 15 anos de idade. No Brasil, segundo a Cartilha do Senso, em 2010, em torno de 5% da população, apresentava algum tipo de deficiência auditiva (OLIVEIRA, 2010).

Os dados relevantes do grande índice de crianças surdas no Brasil despertaram o interesse pela aprendizagem desses indivíduos. Como ela acontece? Ocorre por meio da Língua de Sinais? Os professores estão aptos a ensiná-los?

---

<sup>1</sup> Acadêmica graduanda do curso de Pedagogia da UniEVANGÉLICA; 2017-2

<sup>2</sup> Mestre em Linguística Aplicada. Professora do ISE/UniEVANGÉLICA, Orientadora da Pesquisa

Esse tipo de aprendizagem vem sendo investigado, e sabe-se que para a aprendizagem, no caso da criança surda, é primordial que ela tenha uma educação bilíngue. Autores como Falcão (2012) e Quadros(1997) têm realizado estudos sobre como alcançar as crianças surdas oferecendo uma educação de qualidade dentro da sua própria língua. Quadros (1997, p.27) explica que “a preocupação atual é respeitar a autonomia das línguas de sinais e estruturar um plano educacional que não afete a experiência psicossocial e linguística da criança surda”.

Falcão (2012) acrescenta que a criança surda faz a interpretação de todo o mundo o físico e suas dimensões são adequadas multissensorialmente em sinais. Através das técnicas de aprendizagens que se utilizam procura-se o máximo de autonomia e independência.

Os estudos realizados apontam que a pessoa surda é um sujeito capaz de adquirir autonomia e independência como qualquer outro, porém sua forma de comunicar-se difere do convencional, entretanto isso não o impede de aprender, contudo, a cognição visual será predominante em sua comunicação.

Neste sentido, este estudo bibliográfico analisa o processo da aprendizagem em crianças surdas. Para tanto, inicialmente se discorre sobre o papel dos pais no estímulo à comunicação da criança surda, logo se discute a constituição da escola para auxiliar o desenvolvimento da aprendizagem da criança surda e finalmente, aponta formas que o professor pode usar para conseguir a aprendizagem da criança surda. O estudo permite afirmar que pais e escola precisam ser atuantes e estar preparados para que a aprendizagem ocorra.

### **1. A surdez e a necessidade de estímulo dos pais para a comunicação da criança**

Compreende-se que a surdez pode referir-se a uma perda sensorial no aparelho auditivo, isso indica a redução ou ausência da capacidade para ouvir alguns sons, devido a fatores que afetam as orelhas externa, média ou interna. As perdas auditivas podem ser classificadas de acordo com o local da lesão, o grau da perda auditiva, a época em que ocorreu e sua origem. (CHAVEIRO, 2004). Segundo Bess & Humes (1998 apud CHAVEIRO, 2004), as perdas auditivas determinam diminuição da capacidade auditiva em diferentes graus de intensidade, podendo ser de caráter transitório ou definitivo e

estacionário ou progressivo. Temos assim surdez congênita e as que acontecem após o nascimento.

Gesser (2009) diz que o indivíduo pode ser considerado: surdez leve, moderada, moderadamente severa, e profunda e complementa que a surdez pode ser provocada por doenças contagiosas, acidentes, doenças contraídas na gestação ou efeitos colaterais do uso de medicamentos, quando há uma dor de ouvido prolongada ou quando há ocorrência de surdez entre familiares, ou seja, o fator genético prevalece e passa de gerações entre gerações, assim aumentando as chances de surdez.

Às vezes os pais não notam a surdez antes do primeiro ano de vida do filho, pois não percebem alterações sociais em seu comportamento, por isso a comunicação com a criança acontece apenas com a fala oralizada sem que haja nenhuma construção de estímulos audiovisuais para criança comunicar em sinais. (QUADROS, 1997).

Falcão (2010) também explica que devido a falha estrutural desde o momento do diagnóstico com o pediatra e o fonoaudiólogo, após a detecção da surdez, os pais muitas vezes não são orientados em busca de estimulação precoce e assistiva em sinais compensatórios para seus filhos surdos. E devido a procedimentos médicos de baixa qualidade, quando confirmada a deficiência auditiva, a criança chega aos 4 ou 5 anos de idade sem estruturação mental de uma língua.

Percebe-se que devido à falta de qualificação dos profissionais da área da saúde e os pais não serem orientados como procurar ajuda para que seus filhos tenham atendimento adequado, inúmeros conflitos sociais são irreparáveis na vida da criança surda.

Falcão (2010) alerta que:

O exame de emissões otoacústicas evocadas mais conhecido como teste da orelhinha está indicando para todas as crianças recém-nascidas. É feito com o bebê dormindo após o segundo dia de vida e preferencialmente no primeiro mês. Dura em média 10 minutos, não dói nem apresenta contraindicações. A maior importância deste exame é a detecção precoce da surdez para se estabelecer medidas preventivas linguísticas e educacionais que minimizem os riscos de déficit cognitivo e prejuízos no desenvolvimento emocional, intelectual, social e de linguagem na criança que não consegue aprender a língua oral para se comunicar e mediar saberes, sentimentos e Reflexões (FALCÃO, 2010, p. 103).

Percebe-se que o diagnóstico da criança surda é simples e gratuito, vale ressaltar que a responsabilidade de levar a criança para fazer o exame da orelhinha cabe aos pais e, quando diagnosticado, deve haver a intervenção imediata da língua de sinais, porém na maioria dos casos, quando o diagnóstico é tardio, pode comprometer a comunicação de criança surda.

Independente da causa da surdez, as crianças surdas, inicialmente, se comunicam conforme o ambiente que estão inseridas, porém há dificuldades dos pais ouvintes perceberem que os filhos com problemas na audição, pois os mesmos se comunicam através de gestos.

Sendo assim, crianças surdas de pais surdos, usuários da língua de sinais, geralmente aprendem na interação de forma semelhante e na mesma época em que as crianças ouvintes adquirem a língua majoritária e, além da língua de sinais, adquirem também aspectos culturais da comunidade surda (PEREIRA, et al, 2011).

Compreende-se que a criança aprende aquilo que vivencia e depende de um adulto para estimular a linguagem, no caso da criança surda é importante o convívio com um adulto surdo que saiba LIBRAS, também é necessário que haja interação com ouvintes para criar relações de humanização. Como provedores, a responsabilidade de ensinar LIBRAS ao filho surdo inicialmente pertence aos pais, assim a criança a adquirirá como primeira língua (FALCÃO, 2010).

Para que os pais ouvintes possam estimular a criança surda a se comunicar é preciso que a família aprenda e ensine a língua de sinais de forma precoce, assim estimulando a criatividade para o desenvolvimento comum da criança surda. Nos primeiros anos de vida a criança inicia a comunicação estendendo a mão ao desejar algo, essa comunicação de sinal é uma das formas primitivas da relação humana e sempre é respeitada nessa fase, mas quando a criança é surda isso deverá permanecer, pois é através dos sinais que a criança surda irá interagir com o mundo (FALCÃO, 2012).

Para Falcão (2010):

Se analisarmos uma criança ouvinte na fase pré-linguística também se identifica esta comunicação com as mãos, o apontar que tanto é reprimido por alguns pais como se fosse exemplo de pouca educação, de fato, é a comunicação que ambas, ouvintes e surdas, apresentam para o mundo (FALCÃO, 2010, p. 227).

Sendo assim, Falcão (2010) aponta que a comunicação predominante na criança, seja ela ouvinte ou não, ocorre inicialmente através das mãos, entretanto, em sua maioria, os pais das crianças impedem esse ato por achar que apontar é falta de educação. Quando isso ocorre, faz com que a criança seja proibida se expressar seus desejos e sentimentos, prejudicando principalmente a criança surda que usa os movimentos para comunicação.

Quando os pais ouvintes não sabem a língua de sinais dificulta a comunicação com os filhos surdos, porém quando os adultos adquirem a LIBRAS eles constroem sua própria identidade. Os pais não podem esquecer em nenhum momento que o filho é surdo aceitando a diferença da criança para que sejam estabelecidos laços de carinho e afeto, fazendo com que a criança surda sinta-se valorizada em relação as crianças ouvintes.

A família possui grande responsabilidade em relação a linguagem da criança e quando surda é um desafio maior, pois é na família que a criança se sente segura, sendo assim, deve ser acolhida com paciência e dedicação. Podem ser utilizados objetos e imagens para que a criança surda tenha conhecimento do mundo e se aproprie da linguagem. É importante que todos os membros da família aprendam LIBRAS para que a criança surda não seja excluída do ambiente familiar. Entretanto, a grande maioria das crianças surdas chegam à escola sem saber a LIBRAS usando apenas sinais gestuais (FALCÃO, 2010).

Nota-se que a criança surda, filho de pais surdos quando chega à escola e conhece a língua de sinais tem um maior apoio para a aprender a língua majoritária. Já a criança surda filha de pais ouvintes que adquiriu a linguagem na interação com os pais, não apresenta nenhuma língua constituída (PEREIRA, et al, 2011). Entende-se então que crianças surdas que aprendem a LIBRAS com os pais, a adquirem naturalmente, já quando os pais não a aprenderam acabam comunicandose apenas com gestos, dificultando o processo de aquisição da segunda língua ao chegar à escola.

## **2. A escola e sua constituição para o desenvolvimento da aprendizagem da criança surda**

O percurso histórico da educação dos surdos no Brasil é bastante longo, e marcado por uma trajetória de várias conquistas, uma delas foi a criação da primeira escola para surdos, o Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) no Rio de Janeiro em 1857. Para esta escola, em que se ensinava a língua de sinais, vieram para estudar inúmeros alunos de diversos estados, estes mais tarde retornaram para seus lugares de origem tornando-se líderes de comunidades surdas expandindo a língua por todo o país (PEREIRA, et al, 2011).

Apesar da língua de sinais ser a primeira língua dos surdos, vários fatores influenciaram o uso exclusivo do ensino oral dificultando o acesso à LIBRAS, com isso dificultando o aprendizado da criança surda. Um dos fatos ocorrido na história dos surdos foi em Milão, o II Congresso Mundial de Surdos-Mudos em 1880 através de votação decidiu-se que o melhor método recomendado seria o oralismo ao mesmo tempo abolindo oficialmente a Língua de Sinais, sendo que somente os ouvintes fizeram parte da votação. ( HONORA; FRIZANO,2009)

Por vários anos o oralismo foi aplicado como sistema de aprendizagem aos surdos dificultando seu desenvolvimento de linguagem e escolas de todo o mundo foram adotando abordagens sobre a influência do Congresso de Milão, ou seja, abolindo a língua de sinais. Todavia, somente após algum tempo, foram utilizadas outras metodologias. O Instituto Nacional de Educação para Surdos, depois do Congresso de Milão, abandonou a língua de sinais e adotou o oralismo assumido como referencial nas práticas educacionais, tempos depois adotou a comunicação total e atualmente há uma tendência para a educação bilíngue (PEREIRA, et al, 2011).

Nesse contexto, as crianças surdas tinham seu acesso social restrito, mas, atualmente, a prática de inclusão da criança surda vem acontecendo em todos ambientes sociais, inclusive nas escolas. Entretanto, o processo de inserção dos alunos surdos em escolas regulares vem acompanhado da falta de recursos e profissionais qualificados.

Compreende-se, como Falcão (2015) explica que:

[...] incluir não é jogar tudo numa sala de aula sem reconhecer as dificuldades, limites e possibilidades de superação, é preciso um processo de formação para a cidadania inclusiva e da capacitação de toda a comunidade escolar envolvida (FALCÃO, 2015, p. 313).

Na mesma linha de raciocínio, Mittel (2003 apud FALCÃO, 2015) explica que a inclusão não é simplesmente colocar a criança na escola, é preciso criar um ambiente onde todos os estudantes possam fruir o acesso e o sucesso no currículo, tornando-se membros totais da comunidade escolar e local.

Sendo assim, para que a escola possa desenvolver a aprendizagem da criança surda é necessário conhecer e respeitar suas diferenças culturais levando em conta seu contexto social em que está inserida, assim como da criança ouvinte, pois a escola, além de constituir um local de aprendizagem, é um ambiente de socialização em que a criança constrói sua própria identidade (FALCÃO, 2015).

Todavia, percebe-se que a diversidade da criança, muitas vezes, é desconsiderada, seus direitos são negligenciados por intensas práticas de desigualdades acumuladas de discriminação e marginalização ao longo da história, inclusive as crianças surdas. Dessa forma, para que realmente aconteça a integração dos alunos surdos em escolas regulares é preciso que haja a participação de pais e toda comunidade escolar, com isso contribui-se de fato para uma escola inclusiva (FALCÃO, 2015).

Segundo Falcão (2015):

A escola inclusiva é uma realidade e necessidade onde todos os seus integrantes são coparticipantes e solidários. Desde a gestão escolar, os professores, auxiliares, vigilantes e as famílias que compõe a comunidade escolar devem estar e permanecer conscientes do compromisso com a formação humana. Todos devem compartilhar experiências em busca de práticas inovadoras com mais envolvimento, interação para uma ação participativa e coletiva (FALCÃO, 2015, p. 319).

Quando se recebe uma criança surda em sala de aula regular deve-se proporcionar igualdade de direitos e oportunidades e tratamento e possibilitar o ingresso e permanência desse aluno na escola levando em conta as suas peculiaridades, aprendizagem e desenvolvimento. Conforme Glat (2007):

A Declaração de Salamanca deixa bem claro esse aspecto quando afirma que: "Todas as crianças, de ambas os sexos, têm direito fundamental à educação a que elas devem ser dada oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimento (GLAT 2007, p.18).

Para que aconteça a inclusão do aluno surdo, é preciso que a escola se adapte para que ele possa desenvolver uma aprendizagem fazendo com que ele compartilhe das atividades, assim como os alunos ouvintes e participe com autonomia de todas as atividades. Além disso, é preciso que a escola disponibilize o apoio de um intérprete de LIBRAS, capacitação para os professores e toda equipe escolar, e ofereça recursos pedagógicos adaptados para esses alunos. (FALCÃO, 2015).

Falcão (2012) esclarece que para:

A educação escolar de surdos é preciso adequar, ajusta, reestruturar, mesmo que estejam todos numa mesma sala de aula, cada aluno independente se surdo ou ouvinte, apresenta a sua especificidade cognitiva diferenciada e como consequência, os caminhos é o que fundamenta a qualidade do acolhimento e da aprendizagem (FALCÃO, 2012, p. 71).

Quando assim estruturada, a escola é benéfica não somente para as crianças que possuem necessidades educacionais especiais, mas sim para todas. Quando a escola proporciona aos alunos conviver com a diversidade e com as diferenças, está preparando os alunos para a vida em sociedade. Segundo Falcão (2012, p.18) “a inclusão de todos ainda é a solução para a aprendizagem com a convivência nas relações”.

Por essa razão, a escola deve promover meios capazes da criança surda se sentir acolhida, e uma dessas formas é ensinar ao grupo escolar a comunicar-se, pelo menos basicamente, em LIBRAS. Além disso, disponibilizar espaços sinalizadores para que a criança surda possa interagir com o meio com maior facilidade e não seja tratada com indiferença, e sim como indivíduo que tem capacidade e potencialidade de aprendizado.

Salienta-se que todo esse tratamento até agora mencionado sobre a criança surda na escola regular provem de direitos garantidos por lei, ou seja, o direito dos alunos surdos de estudarem com alunos ouvintes nas escolas regulares de ensino, denominada como escola inclusiva. Para Fernandes (2010, p. 58) “a escola inclusiva, concebida a partir da década de 90, subsidiada por aspectos legais do direito à educação, tem como referência a Constituição de 1988 e, a partir de 1994, a Declaração de Salamanca”.

Em 2002 a Lei Federal nº 10.436 houve outro avanço, reconheceu-se a Língua de Sinais – LIBRAS- como língua oficial das comunidades surdas do Brasil. Após essa lei, nas escolas de surdos foram contratados adultos surdos para responder pela LIBRAS, e

nas escolas regulares iniciou-se a contratação de intérpretes. Em 2005, o Decreto Federal nº 5626 implementou a obrigatoriedade a inclusão de LIBRAS nos cursos formação de professores e fonoaudiologia (PEREIRA, et al, 2011).

Sobre a presença do interprete, Falcão (2015) menciona que sua simples presença é insuficiente, é preciso que a escola possibilite uma gama de alternativas e um amplo ensinamento e aprendizagens gerando nos educandos como um todo, inclusive nos surdos a (re) construção de um pensamento individualizado na coletividade, com solidez, distinção e interação.

Considerando os aspectos mencionados anteriormente percebe-se que o conhecimento da LIBRAS é primordial para a criança obter um aprendizado e considera-se como mais adequado que ela estude em uma escola bilíngue, pois a proposta educacional que convêm com a realidade do aluno surdo atualmente é o bilinguismo. Sobre isso Quadros (1997) enfatiza que:

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas. Os estudos apontam para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita (QUADROS, 1997, p. 27).

Essa proposta auxilia o aluno a desenvolver realmente uma aprendizagem, pois como Quadros (1997) reforça, na proposta bilíngue a LIBRAS é considerada a primeira língua da criança surda, e a língua portuguesa a segunda. Além disso, Fernandes (2010, p.48) defende que com a inserção da tecnologia no cotidiano escolar do surdo um ambiente rico e variado que favoreça a leitura e, associado ao lúdico, facilite a aprendizagem”.

Como reforça Falcão (2015):

É preciso reestruturar a educação do surdo para oferecer um ensino de boa qualidade com valor, representação, significado, contextualização. Mostrando que a diversidade faz com que todos aprendam a aprender e esta convivência promova a troca de saberes entre surdos e ouvintes numa educação inclusiva com um ambiente educacional bilíngue que preza por uma relação harmônica, interativa, saudável e feliz com a coletividade (FALCÃO, 2015, p. 277).

Assim, a existência de uma escola bilíngue para surdos facilita o processo de aprendizagem do aluno e conseqüentemente favorecerá seus familiares e a própria sociedade a se sentirem mais seguros para poder compreender a cultura surda e oferecer um ensino de qualidade.

### **3. O professor e a aprendizagem da criança surda**

Quando uma criança surda ingressa na escola, para que sua aprendizagem aconteça, primeiramente é necessário que ela adquira sua primeira língua materna a LIBRAS. Diante de uma imensa diversidade de crianças é difícil que o professor atenda as necessidades quando se fala em criança especial, porém o docente precisa ter noções básicas como é a funcionalidade de cada criança. Diante disso Falcão (2015) aborda que os conflitos permeiam o preconceito com barreiras informativas, formativas e atitudinais, a formação acadêmica foi e ainda é capenga, insuficiente irresponsavelmente não formativa.

Reafirmando essa questão Falcão ainda explica (2010):

A maioria dos professores de sala regular que receberam alunos surdos não estão preparados nem na educação dos surdos, ocorre que, repassam essa demanda e toda a responsabilidade educacional aos ILS (Intérpretes da Língua de Sinais) como se fossem competentes e responsáveis por mais esta demanda. Alguns professores assumem este “repasso” da responsabilidade por se sentirem incompetentes, “quando há intérprete na sala não modifico os conteúdos e nem preocupo se eles estão aprendendo” (FALCÃO, 2010, p. 248).

Durante a formação docente o que se aprende na disciplina de LIBRAS não é suficiente para o professor adquirir habilidades para assumir uma sala de aula com crianças surdas, é preciso que tenha uma formação específica para que possa dar norte e significado do aprendizado, o professor deve realizar estratégias que trabalhe a cognição visual do aluno surdo, e não fiquem imaginando que ele é incapaz. Neste sentido Falcão (2012) destaca que não basta conhecer a língua de sinais para ensinar a criança surda, é preciso que o profissional tenha uma formação especializada tanto em língua de sinais como na especificidade da educação dos surdos para que possa assumir a docência.

Na mesma linha de pensamento afirma Góes (1996, apud FALCÃO, 2010) para que o professor possa alfabetizar a criança surda em LIBRAS e língua portuguesa é necessário, conhecê-la emocionalmente, socialmente e cognitivamente compreendendo e atendendo às suas necessidades educacionais diferenciadas, especialmente nos aspectos linguísticos e principalmente nos caminhos da cognição visual, mediante uma pedagogia diferenciada, multicultural, multifatorial e multidimensional.

É preciso que o professor tenha bastante paciência, amor e dedicação ao ensinar a criança surda, é necessário repetir várias vezes o mesmo conteúdo buscando estratégias para atingir a aprendizagem, afirma Falcão (2010):

A maior parcela de aprendizagem da criança surda se dá pela repetição. Não se pode imaginar que apenas ao ver um fenômeno se aprende e se apropria de todos os seus princípios e fundamentos. É preciso estudar, debruçar sobre o fenômeno para conhecer, interagir, investigar e buscar estratégias e soluções. Não basta apenas ver e já dizer que sabe e conhece. Rejeitar a audição como elemento da cognição não pode ser a saída para muitos surdos se acharem “NORMAL” (FALCÃO, 2010, p. 340).

Falcão (2010) menciona que o professor de surdos além de ser bilíngue, ele deve planejar estratégias que problematizem e estimulam ambos os alunos tanto os ouvintes como os surdos a experimentar e ampliar suas formas de reflexão e expressão, promovendo momentos em que todos se manifestem.

Os usos dos sentidos das crianças surdas são primordiais para a aprendizagem, principalmente a cognição visual como processo de aprendizagem, aborda Falcão (2010, p.109):

O processo educacional para uma criança surda deve ser intencional e intensivamente apresentado em sinais, imagens, cores, e sons fazendo uso da voz e da musicalidade, para que ela também compreenda a relação dos gestos com os movimentos labiais em comunhão com as expressões faciais e corporais como forma de inserção e interação com o mundo multissensorial (FALCÃO, 2010, p.109).

Quando em uma sala de aula existe uma criança surda o professor deverá decorar o ambiente incluindo sinais de LIBRAS, e também adaptar jogos e atividades, proporcionando uma aprendizagem ambas as crianças, isso é algo trabalhoso, porém é

recompensador saber que pode fazer um diferencial e dar sentido ao ensino da criança surda.

Certifica Falcão (2012, p.51) “a educação das pessoas surdas precisa urgentemente ser reestruturada com mais seriedade, responsabilidade e compromisso”. O professor precisa conscientizar que quando tem uma criança surda é preciso utilizar recursos pedagógicos visual diferenciados como, letras móveis, desenhos, filmes adaptados em LIBRAS em fim uma gama de alternativas para designar a aprendizagem para a criança surda, no entanto poderá fazer um trabalho que realmente a criança sinta prazer pelo aprendizado.

Assegura Falcão (2010, p. 335) ”se a criança é surda é preciso estar de frente a ela. Construir a informação de forma imagética e gestual. Associar relação e correlação entre causa e efeito. Tudo o que seria audível deve ser visual para que ocorra a aprendizagem”.

O docente em sala de aula deve ter todo cuidado em facilitar o processo de aprendizagem da criança surda, sempre que for necessário retornar ao conteúdo anterior, Falcão (2015, p. 340) esclarece que “é sempre melhor repetir novos e velhos conteúdos como forma de fixação, de outras formas, valores e funções. Abrir um leque de seus saberes que foram cristalizados para ampliar ainda mais as possibilidades de aprendizagens”.

Atualmente o sistema educacional na sua maioria não apresenta um ensino de aprendizagem à criança surda, Falcão (2012, p.123) corrobora essa informação afirmando que “o modelo educacional oferecido às pessoas surdas nos diferentes tipos de escola não apresenta o processo ensino aprendizagem significativo e libertador”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo analisou o processo da aprendizagem em crianças surdas evidenciando o papel dos pais no estímulo à aprendizagem e como a escola deve constituir-se para auxiliar essas crianças a desenvolver suas potencialidades de aprendizagem. Além disso, ressaltou como o professor deve considerar a especificidade dessas crianças para utilizar metodologias que também as envolvam.

Compreendeu-se como os pais representam um diferencial na aprendizagem dessas crianças, já que seu acompanhamento e o estímulo precoce auxiliam fortemente para um desenvolvimento mais pleno. Entretanto, observou-se que grande parte das crianças surdas não têm estímulos dos pais para a comunicação, pois há um número significativo de crianças surdas oriundas de pais ouvintes, e estes, por sua vez, desconhecem a língua de sinais dificultando a comunicação entre os pares. Quando essas crianças chegam a escola não possuem ainda uma língua constituída, o que dificulta o acesso a uma aprendizagem que tenha significado para elas.

Notou-se que apesar das leis que amparam e asseguram o direito da criança surda estudar nas escolas de ensino regular, elas não proporcionam direitos de igualdades às das crianças ouvintes, visto que, muitas vezes, elas não contam com o mínimo de estrutura, como a presença de um intérprete ou professores que saibam a LIBRAS. Observou-se, igualmente, que o professor, frente a aprendizagem da criança surda, é protagonista do processo educativo, porém é preciso que ele seja bilíngue. Portanto, é necessário a valorização e reconhecimento do educador, que ele tenha meios para estudar e aprender uma nova língua para atender as necessidades dos educandos surdos.

Entende-se que para que esse aluno tenha acesso a uma aprendizagem é preciso um trabalho coletivo de toda a comunidade escolar para oferecer um ensino de qualidade dentro da própria linguagem da criança surda. Desta maneira, para que realmente a inclusão se efetive são necessários espaços sinalizadores visuais, acesso as tecnologias, e profissionais qualificados, pois a falta desses recursos implicará na ausência da inclusão social e acessibilidade ao ensino. Socializar é uma forma de aprender, mas ela é insuficiente, esse aluno, que não porta problemas neurológicos nem cognitivos deve ter o direito de aprender como qualquer outra criança para posicionar-se na sociedade e desenvolver suas habilidades e potencialidades contribuindo como cidadão em nossa comunidade.

Ficou evidente, ao longo da pesquisa, que para a criança surda ter acesso a uma aprendizagem é necessário a aquisição da LIBRAS e posteriormente a língua portuguesa. Logo, a metodologia educacional mais adequada para a aprendizagem da

criança surda seria uma educação bilíngue, porém isso ainda é algo distante da realidade pelo fato da existência de um número inexpressivo de escolas bilíngue no país.

## REFERÊNCIAS

CHAVEIRO, N. Barbosa. M.A- A surdez, o surdo e seu discurso- Revista Eletrônica de Enfermagem, v.06, n.02,2004./Disponível em <[www.revistas.ufg.br](http://www.revistas.ufg.br)> acesso dia 19. ago. 2017.

FALCÃO, Luíz Albérico Barbosa. Família-Surdez, **Cognição Visual e Libras**: estabelecendo novos diálogos. Recife: Ed. do Autor 2010.

FALCÃO, Luiz Alberico Barbosa. **Educação de Surdos**: comportamento, escolarização e o mercado de trabalho/Recife: Ed.do autor 2015.

FALCÃO, Luiz Alberico Barbosa. **Educação de Surdos**: ensaios pedagógicos. Recife: Ed. do autor 2012.

FERNANDES, Eulália, Org. QUADROS, Surdez e bilinguismo/Porto Alegre, 2010.

GESSER, Audrei, **LIBRAS?: Que língua é essa?:** Crenças e preconceitos em trono da língua de sinais e da realidade surda; São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GLAT, Rosana. **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar/Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. Disponível em <[https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=LduRS34UuWgC&oi=fnd&pg=PA9&dq=quais+a+iniciativas+que+a+escol+a+faz+para+desenvolver+o+aprendizado+da+crian%C3%A7a+surda&ots=H\\_idhgHz eC&sig=ID0hKKXcPXUpmjYEzrKfPnQtIJE#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=LduRS34UuWgC&oi=fnd&pg=PA9&dq=quais+a+iniciativas+que+a+escol+a+faz+para+desenvolver+o+aprendizado+da+crian%C3%A7a+surda&ots=H_idhgHz eC&sig=ID0hKKXcPXUpmjYEzrKfPnQtIJE#v=onepage&q&f=false)> Acesso em: 05. set. 2017.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez/São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

OLIVEIRA, Luiza Maria Borges Oliveira. Cartilha do Censo 2010-Pessoas com Defi/Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDHPR/SNPD, 2012,32p. /Disponível em <[www.pessoacomdeficiencia.gov.br](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br)> acesso dia 03.set.2017.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR Priscilla; NAKASATO Ricardo. Libras conhecimento além dos sinais, São Paulo 1. Ed. 2011.

QUADROS, Ronice Muller/**Educação de surdos**: a aquisição da linguagem-Porto Alegre: Artmed,1997.